

Exposições escolares em Portugal: A prática na contemporaneidade sob um olhar histórico

School exhibitions of drawings and paintings in Portugal: The practice in contemporary times under a historical perspective

EMANUELE CRISTINA SIEBERT*

Artigo completo submetido a 1 de maio de 2018 e aprovado a 9 de maio de 2018

*Brasil/ Portugal, Professora, investigadora e estudante. AFILIAÇÃO: Universidade do Porto, Faculdade de Belas Artes, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Campus. Rio do Sul, Brasil. Estrada do Redentor, 5665, CX441, CP 89163-356, Rio do Sul, SC, Brasil. E-mail: artemanuele@gmail.com

Resumo: É habitual a realização de exposições escolares nas escolas portuguesas. Nesse contexto, objetivamos investigar como se deu o surgimento dessas exposições dentro e fora do contexto escolar formal português. Para tanto, por meio de pesquisa bibliográfica, identificamos aspectos históricos que influenciaram a adoção da exposição escolar como prática pedagógica, o que poderá possibilitar olhar o presente de uma forma crítica. Resultado de acontecimentos históricos, elas não são neutras e foram, naturalmente, se adaptando às novas necessidades.

Palavras chave: exposições escolares / educação artística / história da educação / ensino da arte.

Abstract: It is customary to hold school exhibitions in Portuguese schools. In this context, we aim to investigate how the emergence of these expositions occurred inside and outside the formal Portuguese school context. In order to do so, through bibliographical research, we have identified historical aspects that influenced the adoption of school exposition as a pedagogical practice, which may allow us to look at the present in a critical way. As a result of historical events, they are not neutral and were, of course, adapting to new needs.

Keywords: school exhibitions / artistic education / history of education / art education.

Introdução

A partir de visitas em escolas portuguesas, registradas por meio de fotografias, tendo como enfoque seus espaços expositivos, percebemos que a realização de exposições escolares é uma prática recorrente. Entre algumas práticas que registramos, de 2016 a 2018, na região norte de Portugal, mais especificamente em escolas localizadas nas cidades do Porto, de Vila Nova de Gaia, Guimarães e São Tomé de Negrelos, observamos que, com frequência, essas instituições, sejam elas públicas ou privadas, destinam locais específicos para as exposições escolares, geralmente em ambientes de uso comum, como corredores, pátios de recreação e refeitório.

Em uma escola de Guimarães, por exemplo, observamos que, em uma parede do refeitório, trabalhos — inclusive, com molduras — encontravam-se expostos e que uma parte da parede recebeu decoração de modo a combinar com as molduras desses trabalhos (Figura 1).

Também observamos, em uma escola pública de São Tomé de Negrelos, trabalhos expostos no corredor, diretamente na parede (Figura 2), prática igualmente observada em uma escola particular de Vila Nova de Gaia (Figura 3).

Constatamos que as exposições mencionadas são práticas recorrentes não apenas nas instituições escolares, como também em espaços públicos (Figura 4), cujos trabalhos expostos advêm de concursos de desenhos infantis, em sua maioria, divulgados nos interiores das escolas, onde as escolhas são realizadas sob o olhar do adulto e os melhores trabalhos concorrem à premiação.

As constatações expostas — de que ocorrem, na contemporaneidade, no interior das escolas portuguesas, seja pela exposição dentro dessas instituições ou em espaços públicos — nos levaram a questionar: como se deu o surgimento das exposições escolares dentro e fora do contexto escolar formal português? Desse questionamento, por sua vez, emergiu o estudo ora apresentado que, realizado por meio de levantamento bibliográfico, teve, como objetivo geral, investigar como se deu o surgimento das exposições escolares dentro e fora do contexto escolar formal português, e, como objetivo específico, identificar aspectos históricos que influenciaram a adoção da exposição escolar como prática pedagógica, o que poderá possibilitar olhar o presente de uma forma crítica.

Entre as principais referências que buscamos, estão teóricos portugueses que, na primeira metade do século XX, contribuíram para as Diretrizes Curriculares Públicas no que concerne à educação artística em Portugal. Da mesma forma, disseminaram, no âmbito escolar português, algumas teorias pedagógicas discutidas em escala mundial, especialmente via publicação de artigos em revistas na área educacional. Assim, neste estudo, detivemo-nos na busca por edições do período mencionado da Revista Escolar e da Revista Palestra,



Figura 1 · Trabalhos escolares expostos, em junho de 2017, na parede do refeitório de uma escola pública de Guimarães, Portugal. Fonte: própria.

Figura 2 · Trabalhos escolares expostos, em maio de 2017, no corredor de uma escola pública de São Tomé de Negrelos, Portugal. Fonte: própria.



Figura 3 · Trabalhos escolares expostos, em março de 2018, no interior de uma escola particular de Vila Nova de Gaia, Portugal. Fonte: própria.

Figura 4 · Exposição, em maio de 2016, de desenho infantil na Biblioteca Pública Municipal de Porto, Portugal, resultante de um Concurso promovido por uma ONG, com premiações em dinheiro aos primeiros colocados. Fonte: própria.

bem como por Diretrizes e Normas Curriculares publicadas pelo Ministério da Educação. Nossas principais fontes de pesquisa estão disponíveis na Biblioteca Pública Municipal do Porto, Portugal.

Alguns dos autores portugueses — que, frequentemente, abordaram a temática e aos quais recorreremos, são: Alfredo Betâmio de Almeida, Calvet de Magalhães, Arquimedes dos Santos e Faria de Vasconcelos. Também trazemos contribuições do teórico americano Thomas Popkewitz, no que concerne a uma antiga preocupação com a limpeza e a higiene no interior das escolas durante o movimento da Escola Nova.

1. Resgate Histórico das exposições escolares em Portugal

O resgate histórico que realizamos nesta seção remonta às exposições escolares de meados da década de 20 do século XX, época em que a Direção Nacional da Educação, em Portugal, não determinava apenas os conteúdos e materiais ou a organização escolar, mas incluía, também, as disposições mobiliárias e os materiais das escolas. Os aspectos materiais, em especial o mobiliário, eram uniformizados, sob a justificativa de que o modo estético com que as salas de aula fossem organizadas interferiria no bem-estar da criança, sendo justificados também por uma preocupação com a higiene. Acerca dos arranjos da escola, da localização dos móveis e dos espaços destinados à exposição de materiais educativos e trabalhos dos estudantes, “os murais”, ainda tão presentes nas escolas, encontramos:

Quadros educativos e decorativos- conhecida, como é, a conveniência estética e educativa de adornar a escola por meios de quadros morais, históricos e artísticos, que despertem e estimulem nas crianças o desenvolvimento das virtudes morais, cívicas, os sentimentos afectivos, o amor ao trabalho, o horror aos vícios e a compreensão da beleza, não deve esquecer-se que as respectivas molduras deverão ser simples e lisas, o que não exclui a elegância e facilita a limpeza (Cabral, 1921: 138-9).

A preocupação com a limpeza e com o asseio é esclarecida por Popkewitz (2010) que alerta o quanto as ciências eram ressaltadas, no início do século, nas políticas escolares, metaforizando discursos médicos, sob a justificativa de uma preocupação com o bem-estar moral da criança. Nesse sentido, o discurso era que, por meio das escolas, as famílias mais pobres incorporariam tais práticas, prevenindo doenças, como também hábitos da sociedade burguesa.

Atualmente, em algumas escolas, ainda permanecem os murais, enquanto em outras, eles ganharam diferentes configurações, seja por pequenos pedaços de madeira na parede, molduras ou varais (conforme mostramos na Figura 1 e na Figura 3), mas permanecendo um local destinado às exposições

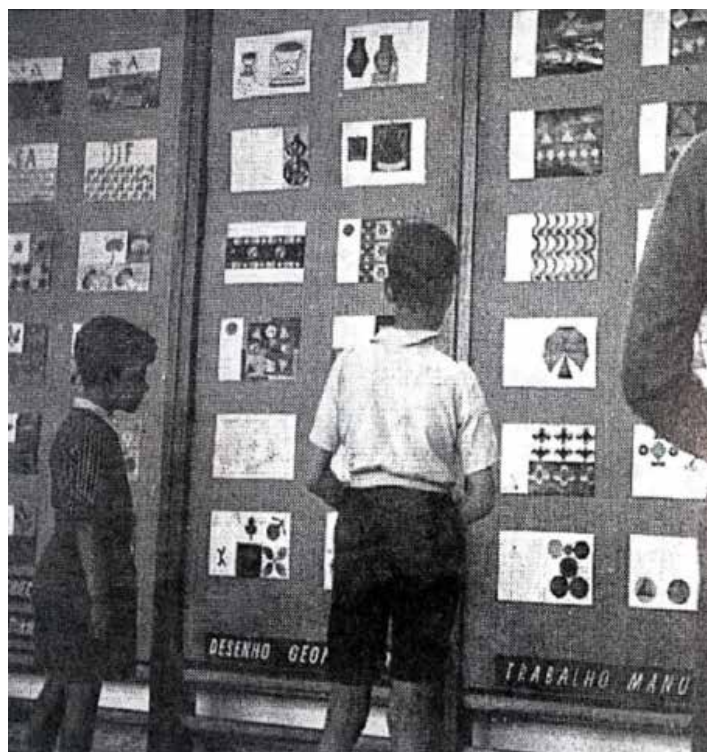


Figura 5 - Parte de uma exposição de arte infantil em uma escola de Portugal na década de 1950. Fonte: Magalhães (1960).

escolares nos corredores e interiores das salas de aula, evitando assim também que as paredes sejam sujas ou destruídas na tentativa de prender esses trabalhos.

Na época, ainda em meados da década de 1920, de forma ritualística, ao final de cada ano letivo, eram montadas exposições escolares, abertas à comunidade, sendo que cada turma realizava um planejamento estético com o seu professor antes de sua execução. “O capricho” de cada turma era, durante a exposição, motivo de avaliação por uma banca de avaliadores exteriores à escola que tinham por intuito atribuir menções honrosas ou premiação aos melhores trabalhos expostos e de decoração das salas. Essas exposições eram resultantes de trabalhos de diferentes disciplinas escolares e eram populares nas escolas ao final de cada ano letivo. Vasconcelos (1925 e 1930) teceu críticas, na Revista Escolar, na época, sobre tais práticas, alertando que o objetivo das exposições havia sido deturpado, que o que norteava as exposições era simplesmente atrair visitantes às escolas e mostrar o excelente trabalho por ela realizado, criando uma fantasia. Isso porque, para o autor, nas exposições só eram exibidos os melhores trabalhos e dos melhores alunos, além de que alguns trabalhos eram realizados apenas para a exposição e outros, em atividades alheias às atividades escolares. Dito de outra forma, as exposições nem sempre condiziam com a realidade vivenciada no interior das escolas, sendo, por vezes, a manipulação de um processo. Ainda para Vasconcelos (1925:199), “urge, pois, fazer regressar as exposições o bom caminho e restitui-las ‘ad integrum’ à função que lhes compete, função que deve ter um alcance educativo”. Vasconcelos (1925) ressalta que a “solução” seria expor todos os trabalhos, excluindo os que fugissem do objetivo da exposição ou que, de alguma forma, haviam sido manipulados e que a exposição deveria ser um espaço de aprendizagem, atribuindo aos alunos responsabilidades sobre a escolha do material, local, organização e até do destino dos trabalhos, de maneira que a exposição também fosse uma atividade do processo educativo.

A organização do espaço escolar e seus adornos por materiais didáticos e decorativos produzidos pelos alunos ganharam impulso com a divulgação do método Decroly, pois:

dá-se à criança a noção de que estas paredes lhe pertencem e que tem o direito de as ornar a seu belo prazer [...], como os povos primitivos de outrora utilizavam os rochedos para conservar a memória dos seus feitos importantes (Vasconcelos, 1926:213).

Tais práticas também estavam determinadas nos Programas, como no Programa de Ensino Primário Elementar, em vigor pelo Decreto nº14:417, Portaria

nº 5:060, de 12 de outubro de 1927. No que concernia ao “Desenho, geometria e trabalhos manuais”.

Nenhuns trabalhos devem realizar-se visando à organização de exposições escolares. Nestas devem apresentar-se devidamente seriados todos os trabalhos de cada aluno, o que permitirá avaliar a acção da escola no seu desenvolvimento. Não devem, porém, conservar-se apenas os trabalhos feitos por cada aluno, em cada ano, mas reunir todos os executados pelo mesmo durante toda a sua frequência da escola primária elementar, constituindo-se com eles um precioso elemento de apreciação, não só do seu desenvolvimento, como das suas faculdades: um trabalho isolado, por muito perfeito que seja, não tem significado; só uma série extensa permite a formação legítima de uma opinião. (Portugal, 1927:391-2).

Conforme as instruções supracitadas, os trabalhos não deveriam ser realizados visando a uma exposição, bem como deveriam ser expostos todos os trabalhos de cada aluno realizados ao longo da escola primária elementar.

Nas escolas visitadas, não percebemos a exposição de todos os trabalhos de cada aluno, mas percebemos que todos os trabalhos realizados pelos alunos se encontravam expostos, independente da vontade do aluno, mas por uma decisão dos professores. Portanto, a preocupação de escolher os melhores trabalhos produzidos, conforme citado por Vasconcelos (1925 e 1930), não tem mais ocorrido na contemporaneidade.

Na década de 1950, tiveram início as exposições de Arte Infantil em Portugal, mas se popularizaram na década de 1960. Com a popularização, frequentemente, autores como Almeida e Calvet de Magalhães eram convidados para integrarem a comissão do júri, visto que eram nomes de referência em Portugal, por publicarem material para o ensino do desenho sob as perspectivas psicopedagógicas. Os demais integrantes dos júris de concursos e exposições eram artistas plásticos conhecidos na época.

Na Exposição de Arte Infantil, organizada em 1954, sob patrocínio do Ate-neu Comercial do Porto, Magalhães, coordenador do júri, explicou qual havia sido o critério de seleção dos trabalhos de um dos concursos de arte infantil:

[...] a selecção não foi feita sobre a técnica das produções, mas sobre as que reuniam melhores características, expressivas e firmes, e definiam melhor a psicologia e a sensibilidade infantil (Magalhães in Magalhães e Gomes, 1954:5).

Reunir “melhores características, expressivas e firmes” definir “melhor a psicologia e a sensibilidade infantil”, conforme citado por Magalhães, é algo

que nos parece extremamente complexo e subjetivo como critério de seleção, até mesmo para aqueles que dominam as especificidades do desenho e da psicologia. Podemos visualizar uma parte de uma dessas exposições (Figura 5), organizadas em murais, cujos trabalhos estão separados pelas disciplinas de artes manuais e desenho geométrico.

Conforme mostra a Figura 5, os trabalhos estão expostos em murais e parecem meticulosamente separados entre si e, apesar de a reprodução estar em baixa qualidade fotográfica, é possível perceber que os trabalhos expostos são acadêmicos e com cores intensas, cujas formas são facilmente visualizadas.

Almeida (1968) relata que integrar o júri e ter que selecionar alguns trabalhos foi uma tarefa desconfortável, vislumbrando que, possivelmente, no futuro, se a pedagogia mudar, poderia ser condenado por fazer parte desses júris e incentivar a competição entre as crianças. Sob essa perspectiva, o autor relata que,

Sem perder o sentido das convenções e da responsabilidade, o júri decidiu-se por escolher, com observação atenta, os desenhos que pareceram mais úteis para que o resultado do concurso se transformasse numa lição (Almeida, 1968:s/p).

Em defesa das teorias psicológicas na educação, Almeida (1961-62:32) ressalta que “a evolução natural das correntes estéticas” colocou “a arte infantil no seu devido lugar: a escola”. Almeida discursa sobre as diferenças entre a arte infantil e arte adulta, apontando que a criança apenas desenha o que já viu, conhece e o faz de forma inconsciente, limitando-se ao seu desenvolvimento psicofisiológico, enquanto o adulto pinta de forma consciente e procura o desconhecido. Ainda para o autor,

A criança não é um artista, é simplesmente criança. Mas isto em nada tira valor educativo à prática da sua expressão gráfica [...] mas nunca será obra de arte, resultante do acto deliberado de querer fazer arte (Almeida, 1965-66:96).

Para Herbert Read, “uma exibição de obras de crianças é algo que deve fazer as próprias crianças, pois podem aprender assim como equilibrar formas e tamanhos de papel num espaço” (Read, apud Almeida, 1965-66:71).

As exposições popularizaram-se em Portugal, tanto no interior das escolas como em espaços expositivos já consagrados e outros que se adaptaram a essas exposições, como clubes, cassinos e Sociedades Empresariais. As temáticas das exposições e os concursos eram as mais diversas, indo, sob a perspectiva das crianças, desde a cidade ou o país até meios de transporte, pesca, temáticas

relacionadas à própria infância como seus brinquedos e temas relacionados aos patrocinadores dos concursos (geralmente empresas ou associações). Em algumas dessas exposições, as crianças recebiam premiação; em outras, apenas menções honrosas pela participação. Entretanto, na maioria dos catálogos, ainda disponíveis para consulta, o que nos chamou a atenção foram as crianças sempre ao lado de seu nome e colocação no concurso, a identificação das escolas que frequentavam, ou seja, as escolas eram coparticipantes desses concursos e estimulavam, em seu interior, a participação em massa, o que, por fim, lhes rendia alguma publicidade. Pondera-se que o público dessas exposições era garantido, pois, caso contrário, não teriam se popularizado e recebido patrocínio para realização. A realização dessas exposições de arte infantil, bem como os concursos, eram realizados pelas Câmaras Municipais, Organizações não Governamentais e empresas privadas.

O “modismo” das exposições infantis em Portugal da década de 1960 não sobreviveu na década de 1970 e perdeu seu encantamento, não sendo mais encontrados registros de sua realização nesse período. Foram retomadas, de forma esporádica, na década de 1980, em Lisboa.

O resgate histórico realizado e as nossas visitas, na contemporaneidade, a escolas portuguesas apontam, conforme já mencionado, que ainda ocorrem no interior das escolas portuguesas, exposições escolares. Também aponta que, sob alguns aspectos, elas são realizadas de forma similar às exposições de meados do século XX, e que, sob outros aspectos, foram naturalmente se adaptando às novas necessidades. Igualmente, não são neutras e advêm de uma construção histórica, ocorrida no início do século XX.

Conclusão

Por meio deste estudo, verificamos, no que se refere às exposições escolares em Portugal, que aspectos materiais, em especial o mobiliário, eram uniformizados, sob a justificativa que o modo estético com que as salas de aula fossem organizadas, interferiria no bem-estar da criança. De forma ritualística, ao final de cada ano letivo, eram montadas exposições escolares abertas à comunidade. As exposições nem sempre condiziam com a realidade vivenciada no interior das escolas, sendo, por vezes, a manipulação de um processo. Além da preocupação com o embelezamento das escolas e a prática das exposições escolares, popularizaram-se os estudos de viés psicológico a partir dos desenhos das crianças.

As exposições de Arte Infantil em Portugal, fora do ambiente escolar, iniciaram-se na década de 1950, mas se popularizaram na década de 1960. Com a popularização, frequentemente, autores como Almeida e Calvet de Magalhães

eram convidados para integrarem a comissão do júri, visto que eram nomes de referência em Portugal, por publicarem material para o ensino do desenho sob as perspectivas psicopedagógicas.

Atualmente, nas escolas, mantém-se a prática das exposições escolares e, além delas, os concursos de desenhos por Organizações Não Governamentais (ONG's), percebemos que, dentro da escola, ainda são mantidos espaços destinados às exposições, especialmente corredores, o que denota ainda uma preocupação de ambientar os espaços com trabalhos produzidos pelos alunos, bem como valorização desses trabalhos, servindo também como mostra das atividades desenvolvidas em seu interior para a comunidade. Pelos registros que fizemos, também verificamos que os trabalhos não são selecionados para as exposições, sendo que todos são expostos, sem uma preocupação meticulosa com a estética, preocupação presente no resgate histórico realizado.

Referências

- Almeida, Alfredo Betâmio de (1961-62, dezembro) "Algumas considerações inerentes a um programa de desenho". Lisboa: *Palestra: Revista de Pedagogia e Cultura do Liceu Normal de Pedro Nunes*, v. 14.
- Almeida, Alfredo Betâmio de (1965-66, dezembro) "Notas para uma didáctica do desenho livre." *Palestra: Revista de Pedagogia e Cultura do Liceu Normal de Pedro Nunes*. Lisboa, v.26.
- Almeida, Alfredo Betâmio de (1968) *Prémios Guérin de Arte Infantil*. Catálogo. Lisboa: [s.n].
- Almeida, Alfredo Betâmio de (1961-62, dezembro) Curso básico de arte ou um novo desenho dos Liceus- Perspectivas educativas e programáticas. *Palestra: Revista de Pedagogia e Cultura do Liceu Normal de Pedro Nunes*, v.31, Lisboa.
- Cabral, Albino (1921, maio) "A Acção do Professor na Higiene Escolar." *Revista Escolar*, n.5. Vila Franca de Xira.
- Magalhães, Calvet de; Gomes, Alice (1954) *Arte Infantil*. Porto: Costa Carregal, Jul.
- Popkewitz, Thomas (2010) "Ciências da Educação, Escolarização e Abjeção: diferença e construção da desigualdade." *Revista Educação e Realidade: Porto Alegre*, v. 35, n. 3, p. 77-98, set./dez.
- Portugal (1927) Decreto n.º 14:147, Portaria n.º 5:060 de 12 de outubro de 1927. Diário do Governo de 21-10-1927. *Revista Escolar*, Lisboa, dez, N.10. Ano VII.
- Vasconcelos, Faria de (1930) "As exposições escolares." Lisboa: *Revista Escolar*, 7, p. 374-377.
- Vasconcelos, Faria de (1925) "Exposições Escolares e seu objetivo." *Revista Escolar*, n.5, Lisboa. p.197-200.
- Vasconcelos, Faria de; Ramalho, Albano; Tomás, Joaquim; Passos, Heitor; Correia, João Silva. Lisboa, Irene; Oudinot, Vidal (1926, março) "Método Decroly." *Revista Escolar*, ano 6, n.5, Lisboa.